

## Prefácio

O convite que o professor João Pacheco de Oliveira Filho acaba de me fazer para prefaciar seu livro, além de muito me honrar, lança-me em um mar revolto de interrogações sobre como alcançar o leitor, abrindo-lhe a mente de maneira a que dê conta do escopo multidimensional deste livro e, igualmente, das múltiplas facetas da via profissional de seu autor. Como não me afogar neste empreendimento? Seguindo essas imagens náuticas, de conformidade, aliás, com metáforas análogas às que ele mesmo se socorreu em seu capítulo final, quando reedita seu primoroso Memorial – “O ofício de etnógrafo e a responsabilidade social do cientista” –, posso dizer, com absoluta convicção, que o jovem “embarcado” aprendeu a navegar tão bem nas águas turvas da disciplina que nenhum “banzeiro”, por mais violento que fosse, lograria assombrá-lo! É evocar aqui e agora um fenômeno tão corriqueiro aos navegadores, etnólogos ou não, dos grandes rios amazônicos, como são as grandes ondas criadas por fortes ventos que atingem o rio em direção contrária à correnteza – banzeiro é o nome do fenômeno –, com uma imagem duplamente significativa: primeiro, por ser colhida, a imagem, na própria área etnográfica onde o antropólogo realizou suas pesquisas mais importantes; segundo, por sugerir de um modo razoavelmente impressionista a dura realidade da investigação etnológica em sua meta de tornar transparente a cultura

do Outro, tão difícil de penetrar quanto difícil é enxergar através das águas barrentas do Solimões.

João Pacheco – como é conhecido entre seus colegas, estudantes e admiradores – tornou-se um “capitão de longo curso”, como diria meu saudoso amigo e companheiro de primeira viagem aos tucuna (o mesmo que ticuna), no final dos anos 50, Maurício Vinhas de Queiroz – navegador de carteirinha em mar aberto –, quando jocosamente afirmava que singrar as águas do Solimões certamente iria aumentar suas credenciais na navegação marítima, ainda que o mais importante fosse a sua experiência tucuna, que deveria conduzi-lo de volta ao exercício pleno da pesquisa sociológica (uma vez que, por razões pessoais, havia abandonado anos antes o curso de Ciências Sociais em Minas Gerais – retomando-o posteriormente na, então, Universidade do Brasil).

Veio à minha memória este episódio, evocado aqui com muitas saudades, porém vendo nele, melhor diria, em sua simbologia, o significado de uma região e de um povo na configuração de mais um itinerário brilhante, como o que João Pacheco realizou em sua passagem de “embarcação” a “capitão de longo curso”.

Mas como prefaciá-los estes *Ensaio em antropologia histórica* sem redigir um depoimento sobre João Pacheco, ex-aluno, colega e amigo, alguém bastante próximo a mim, intelectual e afetivamente, cuja presença no texto, enquanto pessoa, é tão forte? Procurarei explorar um certo distanciamento, do livro e do autor, no sentido de olhá-los com a isenção de um leitor interessado exclusivamente em seus ensinamentos, sem retomar debates que ele, em seu último capítulo, e eu, em meu Posfácio à 4ª edição de *O índio e o mundo dos brancos* (por ele próprio citado), desenvolvemos, chegando ao que poderíamos chamar de *grand finale* de uma conversa sempre amistosa e mutuamente respeitosa, mantendo algumas diferenças se bem que ofuscadas pelas muitas convergências. Por outro lado, eximo-me de comentar com o leitor as etapas de um dos itinerários mais ricos que se pode observar na moderna antropologia brasileira, pois não creio que haja neces-

sidade de considerações adicionais sobre o percurso profissional do autor, dado ao fato de seu Memorial (Parte IV – “O ofício do etnólogo e a responsabilidade social do cientista”) ser bastante informativo sobre suas diversas atividades que, reconhecidamente, são coerentes com a maneira pela qual ele entende o “ofício de etnógrafo” e suas responsabilidades sociais. Procurarei, assim, com a maior brevidade possível, como entendo que deva ser um prefácio, destacar alguns tópicos que, a meu ver, devem ser tomados como núcleo de suas melhores lições.

Ao enumerar essas lições, advirto que me incluo muito feliz no rol de seus leitores mais assíduos, estudiosos da antropologia e interessados nas questões indigenistas. Começarei por tratar de uma questão que, hoje, com a chamada antropologia pós-moderna, tem ganhado significativo espaço na literatura mais recente da disciplina: a questão da situação vivida pelo etnólogo no exercício mesmo da pesquisa (Parte I – “Fazendo etnologia com os caboclos do Quirino: Curt Nimuendaju e a história dos tucuna”). O nosso autor nos fala de Curt Nimuendaju, certamente o clássico mais célebre da etnologia brasileira, o primeiro dentre nós a fazer a etnografia dos tucuna – e não por mera coincidência a etnia indígena junto à qual João Pacheco teve sua verdadeira iniciação na pesquisa etnológica. Todo o capítulo está centrado na figura marcante de Curt Nimuendaju. Tomando o etnólogo como o próprio alvo de investigação, João Pacheco consegue reconstruir uma situação de pesquisa bastante esclarecedora das vicissitudes por que passa o trabalho de campo e, isso, precisamente focalizando alguém que se tornou para todos nós o exemplo maior de etnógrafo. Para falar com Deleuze, uma verdadeira “personagem conceitual”, a saber, aquela cuja mera enunciação do nome já transmite a idéia de um pensamento ou um padrão de trabalho a ser seguido em sua exemplaridade. A lição que João Pacheco nos oferece ao estudar a relação de Nimuendaju com os tucuna é sobre as possibilidades de elucidação do processo interativo que os envolve, mostrando que

A pesquisa de campo não é um processo equilibrado de convivência, um processo simétrico de acomodação social. Se o processo interativo é deflagrado e concluído pelo antropólogo, que em grande medida direciona e controla o relacionamento com os nativos, cada ato realizado se insere em uma espécie de plano de voo (...) estabelecido pelo pesquisador com uma intenção precisa. As ações e reações dos índios também se fazem em função de diretivas normativas e de estratégias sociais que não podem ser artificialmente unificadas com a expressão de "outra cultura" (por oposição à do pesquisador), mas que constituem múltiplos mapas de orientação (...) internos a uma cultura e inerentes a uma situação de contato interétnico.

E, neste sentido, recomenda o autor que cada ação deve ser considerada em sua dimensão linear, histórica, através da qual se podem apreender os processos sociais em que estão inseridos os atores. Ao sublinhar a importância de se trabalhar com "eixos cronológicos", prioriza-se a *história* frente à *estrutura*, o que é consequente com a orientação tanto desse capítulo quanto dos demais.

Mas, ao abordar o tema relativo ao lugar ocupado pelo antropólogo na interação dos índios com a sociedade alienígena, João Pacheco volta sua atenção para o lugar do Estado nesse processo interativo (Parte I – "A busca da salvação: ação indigenista e etnopolítica entre os ticuna"). Elaboro, assim, uma sólida interpretação sobre a ação do braço indigenista do Estado brasileiro, isto é, do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na criação da primeira reserva indígena no Alto Solimões, precisamente entre os índios ticuna. Trata-se de um capítulo em que o autor procura apreender a situação histórica vivida por esses índios não apenas em relação ao SPI, mas igualmente em sua inserção no regime dos seringais, tanto quanto em sua "busca da salvação", quando ativam suas tradições mítico-religiosas em termos extremamente pragmáticos! Aliás, devo dizer – e o faço em caráter muito pessoal – que ler esses dois primeiros capítulos teve para mim um sabor muito especial, uma certa nostalgia de um

passado em que algumas das pessoas referidas pelo autor ainda estavam vivas e em que pude, com elas, sempre privar de um agradável e útil convívio para as pesquisas que então eu realizava em 1959 e 1962: refiro-me especificamente, do lado dos ticuna, à figura de Calixto, que entrevistei por algumas horas no alto Igarapé São Jerônimo, ao "capitão" Ponciano de Umariçu e a seu filho Aprísio; e, do lado do SPI, a Jacobina Pizarro, com quem conversava freqüentemente no Rio de Janeiro sobre suas experiências na Amazônia e suas dificuldades em enfrentar a própria burocracia, quando não a má-fé do órgão indigenista. Gostei da objetividade com que esse dedicado indigenista foi tratado no texto!

Mas talvez seja no estudo dos "índios misturados" (Parte II – "A problemática dos 'índios misturados' e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história"), expressão escolhida pelo autor para englobar etnias indígenas imersas em situações de contato interétnico intenso, que a história se impõe ao pesquisador com toda sua força. João Pacheco procura mostrar isso com relação aos índios do Nordeste, os quais vivem precisamente numa área de colonização bastante antiga, onde as frentes de expansão da sociedade nacional deixaram verdadeiros nichos no interior dos quais se abrigaram (melhor diria, refugiaram-se) pequenos contingentes populacionais submetidos a uma das modalidades mais tradicionais de colonialismo interno. Se bem que os chamados índios do Nordeste não sejam os únicos a serem abordados por uma antropologia histórica, na forma como o autor a concebe – pois também junto aos índios amazônicos ele se vale dessa mesma abordagem –, sem a história destes "índios misturados" o antropólogo ficaria aquém de suas possibilidades de entendê-los com alguma consistência.

No caso específico dos índios do Nordeste, as suas condições de existência – e de resistência – possuem uma espessura histórica tal que se impõem fortemente ao pesquisador. Ao mostrar isso muito bem, o autor não deixa, contudo, de alertar sobre as armadilhas que a historiografia coloca no caminho da investigação

quando, inadvertidamente, nos incita a naturalizar "as identidades étnicas mais antigas e a lançar suspeitas na opinião pública sobre a autenticidade dos índios emergentes". Chama isso de "estranha maldição" das pesquisas que se aprofundam nas origens dessas identidades. E, evidentemente, podemos dizer que isso não é privilégio dos índios da região Nordeste, pois onde existem povos indígenas revitalizados (após longo período de invisibilidade social...) essa estranha maldição sempre está a ameaçá-los, particularmente quando os conhecimentos antropológicos são exigidos para comprovação de seus direitos ao território que habitam. Com sua grande experiência no estudo das terras indígenas no Brasil, João Pacheco demonstra – como o leitor verá – todo o cipoal de equívocos que podem cercar a questão da defesa do direito aos territórios indígenas; um tema que irá desenvolver amplamente quando trata das "perícias sobre terras indígenas" (Parte III – "Romantismo, negociação política ou aplicação da antropologia: perspectivas para as perícias sobre terras indígenas"), sem antes deixar de proceder uma utilíssima avaliação do papel dos censos nacionais na identificação e no registro dos "índios misturados" (Parte II – "Entrando e saindo da 'mistura': os índios nos censos nacionais").

Estes dois capítulos, aos quais se intercala uma compreensiva apreciação sobre a população indígena tomada em sua totalidade e não apenas em relação aos "índios misturados" (Parte III – "A população ameríndia: terra, meio ambiente e perspectivas de transformação"), formam um conjunto de textos de grande utilidade para o antropólogo na prática indigenista. Se neste capítulo são abordadas as questões demográficas, fundiárias e de meio ambiente, no capítulo seguinte é a questão da peritagem que vem a ser tratada de maneira extremamente corajosa e consistente. Eu destacaria, portanto, como algo inusitado entre nós, nos textos de procedência acadêmica, sua lição sobre os laudos periciais. Vistos como instrumentos absolutamente técnicos que articulam, no interior do Estado, os poderes Judiciário e Executivo, no trato dos

direitos indígenas, estes laudos têm desafiado a prática da disciplina numa difícil área. Eles cobrem, por conseguinte, uma área de interesses geralmente antagônicos e para a qual o antropólogo tem sido chamado a atuar quase compulsoriamente.

Este é, portanto, um capítulo extremamente útil, na medida em que contribui para fortalecer o papel que o antropólogo desempenha atualmente e deverá continuar a fazê-lo com competência cada vez maior na elucidação do questionamento das terras indígenas. Mercê de sua grande experiência não apenas junto à questão fundiária, mas sobretudo relativamente à política indigenista como um todo, João Pacheco adverte sobre o desafio que o próprio antropólogo enfrenta quando se vê envolvido com as demandas indígenas, a ação judicial e a pesquisa antropológica. Neste sentido, dada a crescente mobilização do trabalho antropológico nesta área, é de se esperar que cursos de extensão universitária sejam oferecidos a antropólogos e a indigenistas para que estes possam melhor se qualificar quando solicitados ao exercício do papel de peritos.

Com um interessante comentário sobre a presença das sociedades indígenas na organização dos Estados-Nacionais e as novas modalidades de participação dos índios na política indigenista brasileira (Parte III – "Cidadania, racismo e pluralismo: a presença das sociedades indígenas na organização do Estado-Nacional brasileiro"), João Pacheco praticamente conclui a apresentação de suas idéias esboçadas topicamente nos capítulos anteriores. Fazendo considerações sobre "cidadania, racismo e pluralismo", identifica alguns paradoxos na ideologia e na prática da ação indigenista brasileira. Vejo este capítulo como um bom fecho das três partes que compõem o livro – "Etnografia amazônica"; "Atravessando fronteiras étnicas" e "Indigenismo, pluralismo e o papel do antropólogo" –, o qual se encerra com "Uma trajetória em antropologia (depoimento)" – quarta parte do volume. Com esse depoimento (Parte IV), voltamos ao que dizíamos no início deste prefácio. E eu não teria mais nada a acrescentar, senão sublinhar que seu testemunho é em si mesmo uma peça que enriquece o

gênero “memorial”, hoje indispensável a quem pretenda, na área acadêmica, ascender na carreira profissional. Seja pelo conteúdo intrínseco de seu depoimento – em si mesmo uma lição de vida profissional –, seja pelo estilo adotado – responsável por assegurar fácil e atrativa leitura –, seu Memorial constitui um capítulo bastante denso de um livro que não pode deixar de ser lido por seus colegas de profissão, por estudantes de Antropologia, por indigenistas e por todos aqueles que estiverem de um modo ou de outro interessados pelas sociedades indígenas, bem como pelas práticas indigenistas que as envolvem.

Brasília, 8 de fevereiro de 1999

*Roberto Cardoso de Oliveira*